

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Edison Andrino - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados. É uma satisfação poder abrir as falas, nesta manhã.

Gostaria, inicialmente, de comunicar àqueles que nos acompanham, através das comunidades terapêuticas, que o programa Reviver fez uma dilatação do prazo para as inscrições, que se encerravam no último dia 05. Por solicitação da Federação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina conseguimos, com a Fapesc, protelar o prazo até o dia 15 de agosto.

Então, as nossas comunidades terapêuticas do estado de Santa Catarina que nos acompanham têm mais um prazo de cerca de dez dias para preencherem os requisitos, as documentações e assim, acreditarem-se, esse é o termo técnico, junto à Fapesc - Fundação de Amparo e à Pesquisa do Estado de Santa Catarina - para financiar até dez vagas por comunidade. Estivemos, inclusive, no oeste catarinense neste final de semana conversando com algumas comunidades que precisam ampliar também esse projeto. Aliás, deputado Maurício Eskudlark, há apenas uma comunidade em Chapecó.

Então, é preciso que a rede se estenda também para o oeste. Tivemos a oportunidade de visitar duas comunidades que já estão se credenciando para o Programa Reviver. Fica, então, a nossa recomendação para estarem atento a esse prazo final, porque a próxima abertura de convênio só no ano de 2015. Fica aí o prazo final de credenciamento de comunidades terapêuticas ao Programa Reviver até o dia 15 de agosto.

Acompanhando os jornais, hoje, pela manhã, notícias me chamaram a atenção. Uma delas vindas de parte do comércio varejista, que quer infelizmente fazer uma diferenciação entre o pagamento com cartão de crédito e com dinheiro. Isso já foi superado há mais de duas décadas, mas, infelizmente, o comércio varejista quer fazer essa imposição sobre os consumidores, e aqui estamos falando dos consumidores catarinenses.

Recentemente aprovamos um projeto de lei, que já é lei sancionada em Santa Catarina, com relação à questão de produtos vendidos neste estado que não tenham a devida assistência técnica nos municípios, o que deve ser comunicado aos consumidores. Mas essa notícia nos deixou apreensivos. Acho inoportuna essa atitude do comércio varejista de querer fazer uma cobrança, uma taxação maior para quem paga com cartão de crédito. Sabemos que o famoso dinheiro de plástico se tornou moeda corrente no país e não é possível retrocedermos no que diz respeito ao atendimento ao consumidor catarinense.

Então, fica aqui o nosso repúdio a essa atitude de alguns varejistas em querer fazer uma cobrança a mais para quem compra com cartão de crédito e não com dinheiro, afinal de contas cartão de crédito também é dinheiro.

Outra notícia vinda do Rio de Janeiro deixou-nos um tanto quanto apreensivos. Na enchente de 1984 houve uma instituição, não sei se sua sede é no Rio de Janeiro ou em São Paulo, pelo menos se credencia como uma ONG chamada Cacique Cobra Coral, que tentou implementar na época da enchente, em Santa Catarina, um convênio com o governo do estado para controlar as cheias. A instituição não age na prevenção das cheias, o perfil da instituição é ser detentora da capacidade de fazer chover ou não. E agora a prefeitura do Rio de Janeiro está fazendo um contrato com a instituição Cacique Cobra Coral para que nos próximos meses faça sol no Rio de Janeiro e os turistas e cariocas possam desfrutar do bom tempo. Vejam o absurdo!

Isso chega a ser bizarro, com a tecnologia, o avanço da ciência em todas as áreas. Imaginem, controlar as estações, colocando-se no lugar de Deus? E não se trata de fazer a previsão do tempo.

Mas não é isso, não é previsão do tempo. É o controle do tempo. Se vai dar sol ou se vai dar chuva.

Meus amigos, lamento essa atitude da prefeitura do Rio de Janeiro e espero que a Promotoria, sei lá o que, tenha bom senso como houve aqui, em Santa Catarina quando esse contrato acabou não sendo firmado, e que de fato isso não venha a ocorrer. Eu diria com todo o respeito a quem tem essa credulidade, numa instituição como esta Fundação Cacique Cobra Coral, brincar com isso não é brincar com a chuva, é brincar com fogo e todo cuidado é pouco.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero aproveitar este espaço para destacar alguns temas importantes. O primeiro deles é sobre a aprovação, ontem, por parte do Senado, de uma proposta de emenda constitucional que aumenta os recursos de repasse ao Fundo de Participação dos Municípios. Nós sempre acompanhamos essa luta para que os municípios tivessem maiores recursos, maiores repasses. Havia um pedido de aumento de repasse dos 22,5% para 23,5% do Fundo de Participação dos Municípios e graças a mobilização dos prefeitos e do apoio do ex-presidente da República, Lula, esse projeto foi aprovado e houve um incremento de receita para os municípios. Aprovado isso, surgiu, novamente, a reivindicação de que dessa feita fosse aumentado de 23,5% para 24,5%. E mais uma vez houve uma manifestação favorável. Já falamos nisso na semana passada, pois havia uma proposição favorável do próprio governo nesse sentido, colocando mais recurso no caixa dos municípios, para que eles possam atender melhor as comunidades. E o Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional por unanimidade, já nos dois turnos, o aumento do Fundo de Participação dos Municípios. É claro que agora ela vai à Câmara, mas com certeza será também aprovada.

Esse reforço às finanças municipais será feito em dois anos, sendo meio ponto percentual no primeiro ano e meio ponto percentual no segundo. Com isso o total de repasse aos municípios que hoje está em 23,5% passará para 24,5%. Na prática esse aumento representa para as prefeituras um incremento de R\$ 2,3 bilhões em 2015 e R\$ 4,5 bilhões em 2016, segundo os dados levantados.

Então, esse dado é importante, porque ele cria um repasse automático. Não vincula a pedidos políticos, partidários para fazerem grandes atos de assinaturas de convênios, vem como recurso automático. Acho que é assim que tem que ser. O aumento dos repasses da União ou dos estados para os municípios devem ser sempre feitos com critério

universal, automático, para que não dependa de gestões políticas, ou seja, para que o atendimento seja à comunidade, independentemente do presidente, dos prefeitos ou dos governadores.

Quero dizer que de fato são nos municípios que estão os atendimentos prioritários. O município é a porta de entrada dos principais atendimentos que a população necessita como as unidades básicas de saúde, das escolas, das creches e, portanto, esses recursos vão beneficiar esses municípios. E esperamos que as gestões municipais, os prefeitos, possam utilizar esses recursos de fato para fazer melhorias nas comunidades que administram e para as suas respectivas populações.

O segundo tema que quero abordar neste espaço está relacionado à agricultura e faço uma referência especial a uma ação feita no sentido de ampliar a assistência técnica para a agroecologia no país, já que no final de 2015 pelo menos 200 mil famílias de agricultores serão atendidas no Brasil, segundo dados que levantamos. Assim, todos os agricultores e agricultoras do país que quiserem migrar para os sistemas agroecológicos terão um técnico capacitado para atendê-los, afirmou o ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, queria dizer que é importante e que Santa Catarina está entre os estados que têm contrato assinado para prestação de assistência técnica. Esse serviço irá auxiliar também essa produção tão importante que beneficiará cerca de 24 mil agricultores.

E outra questão agrícola é o crescimento das exportações agrícolas alinhadas à oferta de crédito, e inclusive falamos aqui, há alguns dias, do Plano Safra, da nossa safra de 194 milhões de grãos indo já para 200 milhões de toneladas de grãos. Queria ressaltar uma declaração do próprio ministro Neri Geller, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Segundo ele a expectativa da produção agrícola nacional atingiu 200 milhões de toneladas e o crescimento das exportações agrícolas, principalmente a questão do aumento do crédito do plano agrícola em 2014 e 2015, há

recursos recordes à disposição, aproximadamente R\$ 150 bilhões.

Falo isso porque Santa Catarina tem uma base de desenvolvimento bastante voltada para a agricultura e esse setor tão importante nem sempre recebeu, historicamente, a atenção que devia. E, agora, com o aumento desses limites do Plano Safra, o agronegócio, a agricultura familiar tem gerado uma expectativa de aumento de produção e de exportação além do aumento de alimentos para o Brasil também o aumento de recursos.

Assim, faço esses registros porque julgo importante e fundamental esse apoio e desenvolvimento à agricultura catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Srs. deputados, esta Presidência comunica que daqui a pouco faremos uma suspensão da sessão pelo tempo de até dez minutos para recebermos aqui o prefeito de Capinzal para fazer uso da tribuna nesta manhã.

O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital e os que se fazem presentes.

Gostaria de reforçar a manifestação que fizemos nesta semana sobre a importância do novo sistema de policiamento implantado pelo atual comandante da Polícia Militar, coronel Valdemir Cabral e pelo sr. Paulo Henrique Hemm, subcomandante da mencionada polícia. Trata-se da presença de policiais efetivamente próximos à comunidade, caminhando nas ruas, conversando com as pessoas, enfim, dentro dos princípios de polícia comunitária. Em que pese o esforço do governo do estado a nomeação neste governo e no anterior de mais de três mil novos policiais, o efetivo ainda não é o ideal.

O efetivo não sendo ideal, o que se espera de um bom gestor? É fazer o melhor com o que tem.

Então, temos um número de policiais em Santa Catarina que permite fazer um bom policiamento, pela qualidade dos policiais, pelo treinamento, pelos equipamentos, pelas condições que são oferecidas.

Nós tivemos no último domingo, mais uma prova, mais um concurso para a Polícia Civil no estado, mas mesmo com essa inserção de novos policiais na estrutura da Segurança Pública, ainda não temos o número ideal de policiais. E não tendo o número ideal o que se espera dos gestores é fazer o melhor com o que tem.

E temos verificado esse trabalho, essa nova orientação do comando-geral no sentido da presença constante de policiais em vários municípios catarinenses. Temos verificado essa questão em São José, em Palhoça, aqui na Grande Florianópolis e em alguns outros municípios, como Balneário Camboriú, a nossa região, onde a segurança é muito importante pelo fluxo de turistas, para as pessoas e para o cidadão local. O policiamento ostensivo a pé durante o dia traz diálogo com a comunidade, e como diz os princípios da polícia comunitária, a aproximação com a população, a criação de um elo de diálogo de confiança, o cidadão passa a interagir com o policial, passa a dar informações, passa muitas vezes pela repetição de ações na mesma área. O ideal é que os mesmos policiais façam o policiamento nas mesmas áreas e com isso criem essa proximidade, sendo que muitas vezes o cidadão tem até o telefone celular do policial que faz o policiamento na área, até para uma questão de orientação, para uma questão de informação.

Então, é muito importante esse novo sistema de polícia comunitária que foi implantada pelo novo comando-geral, que já está há um ano no comando, e que modificou a visão, a proximidade com a população.

É claro que essa distribuição de novos policiais é importante para a região de Balneário Camboriú, Navegantes, Itajaí, Itapema, que tem muita movimentação, não apenas na época de

temporada, mas durante todo o ano com a presença efetiva de turistas, e Santa Catarina tendo um bom policiamento ajuda na conquista já por seis anos, sete anos seguidos do destino turístico preferido dos turistas no Brasil, pois Segurança Pública, é claro, é um dos objetivos, portanto, quero fazer esse registro.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Maurício Eskudlark, a sua informação é pertinente na época em que vivemos e tenho certeza de que v.exa., pela sua experiência, está acompanhando o desempenho dessa atitude de governo.

Eu estou nesta Casa há 24 anos, praticamente, e sempre procurei fazer com que os nossos governantes, com que o comando da Polícia Civil ou Militar, mantivesse o policial o mais próximo possível do seu domicílio. Por exemplo, fazer concurso em Caçador, para que o policial fique em Caçador; em Videira, no Rio das Antas, para que o policial fique próximo da sua casa, porque o deslocamento do nosso policial é grande e gera muita despesa, ele tem crianças na escola, tem família e tem que se deslocar muitas vezes trabalhando no período 12h/24h, essa escala toda, prejudica o policial.

Então, é importante que o governo observe isso, é preciso fazer concurso regionalizado, localizado, para que esse pessoal fique mais próximo da sua residência, porque o policial conhece o sistema, os costumes da cidade, a tradição, conhece normalmente quem é bom ou ruim na comunidade.

Então, ele tem facilidade, inclusive, na sua atuação profissional, na sua atividade do dia a dia. Isso é muito importante. E nós temos prova disso.

Em Caçador, quando era realizado concurso, 50% dos concursados era de Caçador e ficavam lá. Isso ocorreu alguns anos atrás. Foi uma beleza! Por quê? Porque os policiais interagiam com a sociedade e ela também interagiu com os policiais.

Havia uma harmonia. E quando uma pessoa ia fazer qualquer delito, ela pensava: "mas aqui o policial é meu amigo, a família é minha amiga, eu sou conhecido". Até nisso ajuda muito.

Outra questão que também é importante é a participação do policial feminino. Nesse tipo de abordagem nas ruas, no policiamento ostensivo nas nossas cidades, o policiamento feminino tem um efeito extraordinário.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabéns a v.exa. pelo seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, deputado Reno Caramori.

O importante é que haja um policial que conheça a região, um policial que está satisfeito, que está feliz em seu ambiente de trabalho. Não adianta um policial trabalhando que não conhece a região, que esteja com sua cabeça em outro lugar porque teve que se deslocar 100km, 200km, 300km para exercer a sua função, que não sabe como está a família.

Essa é uma filosofia que tem que ser implantada. Inclusive, quando há algum caso desses todos os deputados procuram levar o comando, levar o delegado-geral de polícia para que atente a esse detalhe.

Então, um policial, um cidadão insatisfeito, em qualquer função, vai ser uma pessoa de cara amarrada, não contente. Por isso nós queremos que haja essa proximidade, colocando, principalmente, o policial na rua para esse contato com a comunidade, para que possa dar orientação às pessoas e não para dar atuação de trânsito.

Não adianta colocar o policial na rua para, ao invés de orientar, fazer a notificação. Em alguns municípios, onde há guarda municipal, agentes de trânsito para fazer esse trabalho, principalmente nos menores, a Polícia Militar também faz o policiamento de trânsito e o policiamento de aproximação, de orientação, de falar com o cidadão que aquilo está em desacordo, pedindo para o cidadão retirar o seu veículo e para modificar a forma de estacionar.

Então, é preciso que o policiamento esteja próximo da comunidade, ao diálogo com o cidadão, à

orientação com o cidadão e não ao sistema de punição. Já existe uma distância muito grande entre o servidor da Segurança Pública, entre o policial e o cidadão e nós temos que quebrar isso. Com o Proerb, que é um curso que os policiais dão aos estudantes, quebra-se essa distância pela proximidade, levando o policial a fazer palestras nas escolas, mostrando para os alunos que ele é um amigo, é um defensor, é um protetor.

Nós, que fomos criados com as pessoas dizendo para fazermos as coisas direito se não iriam chamar a polícia, isso não funcionava. Mas nesse tipo de educação, o estudante já vê no policial um repressor e nós temos que mudar isso, temos que ver no policial uma pessoa de apoio, um amigo, aquele que vai socorrer no momento da emergência.

Então, o novo sistema funciona e esperamos que seja levado a todos os municípios de Santa Catarina na forma de policiamento presente e em contato direto com o cidadão e com a comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado delegado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do dr. Thiago Pedro Bordignon, conceituado advogado de Chapecó, que nos acompanha nesta Casa.

Seja bem-vindo, dr. Thiago!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja bem-vindo, doutor! Esta é a sua Casa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, nobre amigo da cidade de Joinville, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc Digital e também aqui presente nas galerias deste Plenário, eu gostaria de pegar

o gancho do deputado Maurício Eskudlark para falar dessa importância de o servidor trabalhar perto da sua casa. Um dos motivos é pela qualidade de vida e outro é porque às vezes há questões que fogem da questão funcional.

Por exemplo, há um projeto na Assembleia que pede que servidores que tenham familiares com deficiência em casa trabalhem no máximo a 50km de sua casa. Por quê? Porque precisam, muitas vezes, auxiliar nos cuidados daquela pessoa com deficiência.

Então, há esse projeto nesta Casa que está sendo analisado pelas comissões e peço que os deputados façam uma análise da importância que é para o servidor estar perto da sua família, ainda mais quando tem uma pessoa com deficiência em casa necessitando dessa atenção.

O deputado Maurício Eskudlark falou da importância de o policial estar perto da sua comunidade, conhecê-la, assim como também a sua realidade. Isso é importante porque nós, muitas vezes, acabamos solicitando a presença policial nas nossas casas, porque temos um vizinho barulhento ou porque há uma situação de suspeita de circulação de marginais em torno das nossas casas.

Então, é importante essa proximidade com o policial que cuida da nossa região. E nas cidades menores esse vínculo com a comunidade onde se vive é mais importante.

Ainda nessa linha de segurança, gostaria de dizer que hoje, em Joinville, representantes do Ministério Público e das Polícias Civil e Militar estarão presentes no Centreventos Cau Hansen participando de um seminário sobre segurança pública e discutindo ações pertinentes ao tema que buscam avançar no combate à violência e à marginalidade em nosso estado, mais especificamente na região de Joinville.

Também gostaríamos de dizer que a Polícia Militar deu um passo importante em Joinville, sendo que faltam apenas alguns detalhes. Eu conversei com o major Jofrey Santos da Silva, que faz parte da Inteligência da Polícia em Joinville,

sobre a questão dos acidentes de trânsito, e a Polícia Militar está querendo, junto com comunidades e seguradoras, encontrar um caminho para que, quando acontecer um acidente que não envolva vítimas, os próprios motoristas envolvidos façam as fotos, retirem o carro do trânsito e vão para a delegacia fazer o Boletim de Ocorrência, sem necessitar da presença policial. Porque, muitas vezes, os motoristas acabam aguardando a chegada da polícia, da perícia e assim por diante, e enquanto a polícia não chega, tanto a Civil como a Militar, acaba ocorrendo um grande transtorno no trânsito até que os carros sejam retirados.

Então, a Polícia Militar de Joinville está estudando isso e seria interessante e importante que a Polícia Militar de Santa Catarina abraçasse isso também para acabar com esses transtornos que os acidentes acabam causando no trânsito de nossas cidades. E hoje em dia eles são cada vez mais frequentes também.

Eu gostaria de falar, ainda, que hoje, em Joinville, o Ministério Público, a Polícia Civil e Militar, deputado Kennedy Nunes, estarão no Centro de Eventos Cau Hansen participando de um seminário sobre a segurança pública, discutindo ações pertinentes ao tema e que buscam avançar no combate à violência e à marginalidade em nosso estado, mais especificamente, na região de Joinville.

Também gostaria de falar que esperamos que a Polícia Militar dê um passo importante lá em Joinville, mas faltam alguns detalhes. Conversei com o Major Jofrei, que faz parte da Inteligência da Polícia de Joinville, sobre a questão dos acidentes de trânsito, e ele disse que está estudando um jeito, juntamente com as comunidades, com as seguradoras, de encontrar um caminho para que as pessoas, quando envolvidas em acidentes sem vítimas, que eles mesmos façam as fotos, retirem os carros do trânsito e depois dirijam-se à delegacia para fazerem o boletim de ocorrência, sem necessitar da presença de um policial, porque muitas vezes, os motoristas acabam aguardando a chegada da polícia. Então, enquanto a polícia não

chega, tanto a Civil quanto a Militar, acaba ocorrendo um grande transtorno no trânsito até os carros serem retirados. Então, a Polícia Militar de Joinville está estudando isso. Seria interessante e muito importante que a Polícia Militar de Santa Catarina abraçasse isso também para amenizar os transtornos que esses acidentes causam no trânsito.

Outro assunto que gostaria de abordar é a aprovação do nosso projeto que institui o Dia da Paz no Futebol, que foi aprovado ontem, que é para ser, não sei se essa é a palavra, comemorado, mas, é para ser um dia de reflexão, sobre a cultura da paz no esporte, e não apenas no futebol.

Escolhemos a data de 08 de dezembro porque foi o dia que houve aquela tragédia, aquele confronto das torcidas do Vasco da Gama e do Atlético Paranaense, que transformaram a Arena Joinville num cenário de guerra, fazendo com que Joinville e o Brasil ficassem conhecidos de forma negativa por causa daquele episódio em que muitas pessoas foram parar nos hospitais. Queria Parabenizar também a própria polícia que soube dar respostas prendendo os marginais e fazendo com que eles respondessem pelos seus atos tirando-os dos estádios.

Então, o que esperamos é que a Federação Catarinense de Futebol, as ligas regionais, as ligas municipais e os clubes de futebol também, nesse dia, ou não apenas nesse dia, trabalhem para a conscientização da paz em nossos estádios. Para que os estádios sirvam apenas e tão somente para que as pessoas possam lá se divertir, possam torcer por seus times. Esse é o intuito e agradecemos aos nobres deputados e às comissões que analisaram o projeto pela sua aprovação no dia de ontem.

Também tenho outro projeto, que está em análise, e volto à questão do futebol, que exige das torcidas organizadas o envio de uma lista dos integrantes da sua agremiação para que a Polícia Civil possa fazer a devida averiguação dos cadastros com o objetivo de encontrar pessoas com passagem policial, independentemente do tipo de

crime que teve envolvimento. Esperamos que essas pessoas sejam extirpadas da torcida organizada porque torcida organizada não é lugar para marginal. Torcida organizada é um lugar aonde as pessoas vão para apoiar o seu time e não um lugar onde as pessoas ficam marcando brigas e confrontos via *internet*, provocando, fazendo emboscadas como foi o caso triste da nossa torcida lá em Joinville, onde fizeram uma emboscada para a torcida do Avaí em plena BR-101 e acabaram deixando várias pessoas feridas.

Ontem também dei entrada em dois projetos voltados ao bem-estar animal que criam a Semana de Adoção e Posse Responsável de animais em Santa Catarina e que também institui a Semana de Controle Populacional Animal.

É importante que o estado e a sociedade se voltem para esse tema também.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa., me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Deputado Sandro Silva, gostaria de parabenizar-lhe pela atitude, comemorar o dia criado, mas no sentido de reflexão eu acho que precisamos em nosso país, no nosso mundo, realmente, de dias que a gente possa pensar, refletir para que tenhamos uma mudança no sentido de construir a paz, não apenas no futebol, mas em todos os esportes e em todos os setores.

Então, acho que a construção da paz talvez seja o grande desafio que tenhamos pela frente. Parabeno-lhe pela ideia, com certeza, muito bem elaborada e no momento próprio para que isso aconteça.

Obrigado deputado, parabéns!

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

Queremos paz, porque temos a impressão de que as pessoas estão ficando cada vez menos tolerantes, deputado Neodi Saretta.

Vimos no jornal *Bom Dia Brasil*, desta semana, que, em meio a um acidente de trânsito, um

motorista ficou meia hora batendo no outro, agredindo, dando socos e pontapés.

As pessoas estão ficando cada vez mais intolerantes e usam o trânsito e o futebol como forma de descarregar todo esse estresse que estamos vendo no dia a dia. Mas trânsito e futebol não são os lugares para que isso aconteça.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, sr. deputado Sandro Silva.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra, o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Queria destacar dois assuntos, desta tribuna, neste horário destinado aos Partidos Políticos.

O primeiro deles é um assunto, um tema que, inclusive, já foi debatido aqui nesta Casa, embora eu vá falar da sanção de uma lei em nível nacional.

Sr. presidente, são 10h, exatamente o horário em que estava prevista a solenidade no Palácio do Planalto para a sanção do novo Simples Nacional. A presidente da República sancionará, então, nesta quinta-feira, a Lei Complementar n. 147/2014, que atualiza a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A medida visa beneficiar cerca de 450 mil empresas, com um faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Então, esta ação que será feita hoje é muito importante, porque a micro e pequena empresa tem um papel fundamental na economia nacional. E esta ação feita, segundo palavras do ministro Guilherme Afif Domingos, ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa:

(Passa a ler.)

"O Simples é uma lei viva, ela está sempre em processo de construção. Desta vez, construímos uma ampliação bastante grande. Não é um puxadinho

legal, é uma nova estrutura que tornou abrangente a lei, a universalização do Simples. Porque o Simples era apenas aplicado a alguns segmentos da economia, agora, a todos, até aos profissionais liberais.”

Lembrando que uma das maiores mudanças da lei é a que estabelece o critério do porte e faturamento para a operação do Supersimples, e não mais o da atividade exercida. Antes, não poderiam participar, por exemplo, empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica e desportiva. Agora, profissionais como médicos, advogados, jornalistas e várias atividades do setor de serviços serão contemplados.

Então, queria fazer este destaque, ressaltar este avanço na lei-geral do chamado Simples, do Supersimples, que é uma lei que beneficiará cerca de 450 mil empresas. Espero que isso ajude na continuidade da manutenção dos empregos.

Hoje temos um excelente nível de empregabilidade no país, mas sempre se precisa de mais empregos, de pessoas qualificadas e também que as pessoas possam ter o máximo de renda possível, por isso, julgo importante a aprovação desta lei.

Queria também ressaltar que às vezes fazemos projetos de lei que acabam depois barrados na comissão de Constituição e Justiça por inconstitucionalidade, e de fato há uma série de restrições para apresentarmos projetos legislativos.

Então, ao invés de apresentar projetos de lei que bateriam lá na comissão de Constituição e Justiça, fiz uma sugestão, uma indicação ao governo do estado a respeito dos medicamentos genéricos.

Aliás, quando se fala aqui, às vezes, em já vem alguém dizendo que o estado faz a parte dele. Eu acho que não faz, tem que fazer mais pela saúde do que todas as esferas de governo.

Mas aqui está uma ação concreta que estamos solicitando ao governo do estado para que não aplique o preço máximo de venda ao consumidor no

sistema de recolhimento do ICMS, para substituição tributária de medicamentos genéricos e similares.

O sistema de substituição tributária aplicado nos medicamentos genéricos e similares está elevando demasiadamente os preços, e sabemos que a população necessita de tais medicamentos, que tem enfrentado dificuldade e é uma das formas de baratear também na via tributária.

Por isso, estamos fazendo esta solicitação ao governo do estado. Sabemos que é preciso ampliar o máximo possível as formas de chegar às pessoas os medicamentos. É claro que esperamos ações preventivas para evitar o máximo possível de necessidade, depois de ações curativas, mas infelizmente, nem tudo se consegue na prevenção e, portanto, a parte de medicamento para tratamento depois é muito importante.

Assim, queria apresentar esta sugestão, sr. presidente, por meio de indicação, e esperamos também que o governo do estado possa de fato pensar um pouco nisso. Já disse ontem que o valor que o governo do estado aplica em Santa Catarina, em saúde, demonstra que essa área não está na prioridade orçamentária, porque aplica o mínimo que a lei exige, e precisamos de mais investimentos para os catarinenses.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente queria registrar a presença em nossa Casa do vereador Cláudio Garcia, do município de São Bernardino. Um grande amigo, um vereador atuante, principalmente na questão da água, pois aquele município enfrenta uma série de dificuldades. Vários projetos foram feitos lá, inclusive há uma obra iniciada para resolver a questão da água em alguns municípios.

Então, registro a presença do vereador Cláudio Garcia, do município de São Bernardino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência gostaria de fazer o registro da presença de dois amigos: vereador Patrício Carlos Destro, de Joinville, que está visitando a Casa; e do radialista Lúcio Mauro, diretor-geral da nossa Rádio Clube de Joinville.

Sejam bem-vindos, Patrício Carlos Destro e Lúcio Mauro, a esta Casa.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Diital.

O assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, sr. presidente, refere-se ao nosso planalto norte, que v.exa. também conhece. No planalto norte, depois da região oeste, ainda há espaço para o desenvolvimento, principalmente da agroindústria. Acompanhando um pouco a atividade agroindustrial no Brasil vi também que há muitas reivindicações desse setor para o futuro.

Mas quero falar do planalto norte com relação à expectativa do desenvolvimento daquela região que vem há muito tempo merecendo uma atenção mais especial. Por quê? Porque ela está um pouco mais distante dos nossos portos, dos aeroportos. Portanto, a indústria tem mais dificuldade de se desenvolver e até de ser atraída por aquela região.

Mas ao mesmo tempo existem alguns mecanismos, ou seja, alguns instrumentos que podem fortalecer a região do planalto norte. E destaco aqui quatro itens, ou seja, quatro pontos na milha avaliação relevantes. Primeiro, a necessidade urgente de fazer a integração, pelo sistema viário, do planalto norte com o vale do Itajaí. Reivindicação antiga que está se protelando e não vem acontecendo. Por que é importante? Porque encurta distâncias entre o planalto, o vale do Itajaí, os portos de Santa Catarina e também da própria capital do estado. Mas mais que isso, levará ao desenvolvimento, porque vai atrair empreendedores, porque fará a ligação do vale do Itajaí, automaticamente, desde a BR-470, passando por Doutor Pedrinho e fazendo a ligação com Itaiópolis, Papanduva, BR-116, passando por Major Viera e Canoinhas. É evidente que onde há pavimentação há também o desenvolvimento.

O segundo item que destaco, é a melhoria em investimentos na energia de qualidade, pois não há como empreendedores irem para uma região que tem uma deficiência de energia. E quando não há esta oferta eficiente os empreendedores procuram outras regiões. E na região do planalto norte há necessidade urgente de investimentos em energia para suprir a demanda atual e evitar os problemas decorrentes naquela região que traz prejuízos aos agricultores à pequena e média empresa, que vem sofrendo também. Por outro lado, temos que fazer com que essa energia, além de suprir a atual necessidade, tenha uma oferta maior para atrair os investidores.

O terceiro item trata da necessidade de investir em educação, em conhecimento, em qualificação e profissionalização da mão de obra naquela região. Por conta disso está em debate a implantação de um Instituto Federal de Educação e a extensão da Universidade Federal para vários municípios. E por sinal, há um diálogo entre alguns municípios de Santa Catarina e também do estado do Paraná, que estão também nesse pleito. Por último, resumidamente, quero citar outro

assunto, que é pertinente e indispensável para todos: a saúde.

Existe uma deficiência muito grande nessa questão com relação à manutenção, ao custeio por falta da atualização da tabela do SUS por parte do governo federal. E precisamos equacionar os investimentos para o atendimento de saúde de média e alta complexidade. Tenho a tese de que façamos com que os municípios polos tenham alguma atividade específica de média e alta complexidade, cardiologia, ortopedia, oncologia entre outros.

Por isso, devemos fazer com que os municípios de Porto União, Canoinhas, Mafra e São Bento do Sul possam prestar o serviço de algumas especialidades de forma convergente. Quer dizer, os investimentos feitos em São Bento do Sul não há necessidade de que sejam feitos em Mafra, e vice-versa. Assim, teremos referência em determinados serviços da saúde, utilizaremos os equipamentos com racionalidade, com menor custo e um aproveitamento melhor. Isso vale também para Canoinhas, Porto União, e atenderemos todo o Planalto Norte.

Com isso economizaríamos e atenderíamos melhor a população, amenizando o grande problema dos pacientes quanto ao transporte para Joinville, Florianópolis ou, às vezes, Curitiba.

Então, espero que possamos colocar na pauta do debate que a região do planalto norte receba um melhor serviço público de Saúde para atrair mais investimentos para o desenvolvimento da região e mais qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de dizer que, como homens públicos, sempre na luta e na defesa do que é melhor para a sociedade e para o povo, o grande

trabalhador deste estado, entristece-nos quando percebemos a morosidade da máquina pública, a lentidão em atender situações emergenciais.

No dia em que antecedeu o recesso parlamentar, aqui, exibi um vídeo mostrando o que a enchente havia causado na região do extremo oeste de Santa Catarina em virtude das fortes cheias que acabaram afetando os municípios de Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Mondai, Itapiranga, sem se falar nos municípios do Rio Grande do Sul, e muitos deles acabaram decretando situação de calamidade pública.

Pela morosidade da máquina pública, até este momento, não foram repassados recursos para que os municípios pudessem atender as suas necessidades emergenciais. Já passaram mais de 30 dias. De quem é a culpa? Ficamos às vezes nos perguntando de quem é a culpa. A culpa é nossa, dos legisladores, deputados federais, senadores, que não têm a sensibilidade para fazer com que a coisa aconteça de forma mais rápida a fim de que os prefeitos que estão lá vivendo o dia a dia possam atender a sua gente. E, aí, parte-se do princípio de que todos que estão lá administrando a máquina pública são sem-vergonhas, porque se fosse diferente a interpretação, nós repassaríamos antes os recursos para depois fazermos a fiscalização. Mas estamos tentando fazer uma fiscalização antecipada, e até em determinados momentos nós, que estamos mais distante, tentamos imaginar o que é prioridade para o prefeito que está lá vivendo as consequências e dizendo o que deve fazer e executar, esquecendo de quem está sofrendo lá na ponta, que é o povo que necessita desses recursos.

Então, criamos diversos problemas no andamento desse processo. Problemas esses burocráticos. Nós sabemos que muitas vezes os governos possuem os recursos, mas não conseguem repassá-los, porque a burocracia que criamos nesse conceito de que estão desviando recurso, de que não estão trabalhando com seriedade, que estão fazendo com que a máquina pública esteja a serviço de dois ou três e não da coletividade, nesse conceito nós fizemos que o

povo pague caro pela espera. Isso nós precisamos mudar.

Assim nós precisamos chamar a atenção dos nossos colegas, deputados federais e senadores, para que tenhamos leis, principalmente nessas situações emergenciais, leis que facilitem a vida e que acelerem o processo de reconstrução a exemplo do que estamos enfrentando nos municípios do extremo oeste de Santa Catarina.

Até agora nenhum recurso chegou à municipalidade para resolvermos os problemas da população. Isso entristece e entristece bastante. Consequência disso são as chuvas. O rio Uruguai conseguiu mexer com a ponte que faz a travessia entre Irai e Palmitos, no extremo oeste catarinense. E falei sobre isso da última vez e já se passou mais de 30 dias. Fossem somente esses 30 dias, mas o problema naquela ponte foi identificado há nove meses. E vários vídeos foram mostrados através de redes sociais, dando conta de que havia um espaçamento entre um vão e outro naquela ponte. Há nove meses o trânsito foi reduzido e realizado somente em meia pista. E aí eu questiono: Onde é que está a competência do DNIT do Rio Grande do Sul que é responsável por aquela ponte? Onde é que está a competência da superintendência do DNIT de Cruz Alta que sabia que a ponte estava com problemas há nove meses? Mas não se construiu, durante todo esse tempo, uma alternativa para que, no momento em que acontecesse a restrição do tráfego, nós tivéssemos a possibilidade de fazer o escoamento da produção entre os dois estados e a ligação deles, principalmente do Rio Grande do Sul com o nosso país. Não se tratou dessa alternativa, somente deixamos o tempo passar, nove meses. Não nos preocupamos. A maioria do transporte dos alimentos que passa por aquela região se dá por caminhões que transportam acima de 16 mil quilos, ou seja, 16 toneladas. E hoje está restrita a passagem desses caminhões. Por onde nós vamos escoar a produção? O que é que vamos fazer com os frigoríficos do Rio Grande do Sul que abatem os frangos de Santa Catarina? Hoje para fazer esse

caminho de apenas 500m é preciso fazer um deslocamento de mais de 200km para acessar outras pontes, em Chapecó. O que é que nós vamos explicar para a cadeia produtiva? O que é que nós vamos explicar para as pessoas que precisam desse deslocamento rápido e urgente na busca de melhores condições de saúde? Porque muitos pacientes da região de Iraí vêm ao hospital Regional de Chapecó, através do SUS, que é extensivo a todos do país.

Essa preocupação me cheira a muita incompetência, mas muita incompetência mesmo, porque nós não podemos adotar medidas, embora saibamos que aquela ponte corre risco de desabar, não podemos adotar essas medidas sem termos alternativas. A engenharia definiu que é preciso fechar a ponte, não pode mais transitar veículos acima de 16 toneladas. Qual a alternativa que vamos oferecer para a população? A alternativa é de 200km de distância. Qual o impacto disso na economia, como é que fica? Nós já temos alguns encaminhamentos, participamos em reuniões em Iraí. Tivemos essa conversa também no Rio Grande do Sul com quem cuida diretamente das autorizações para transportes alternativos na travessia de rios e temos a solicitação feita pelo prefeito de Iraí, juntamente com outros prefeitos e lideranças da região.

Então, hoje, a superintendência de Portos e Hidrovias já autorizou o transporte alternativo, ou seja, através de balsa. Alternativa essa que deveria ter sido estudada e trabalhada durante esses nove meses que, simplesmente, pelo que parece, o DNIT cruzou os braços porque não havia essa alternativa sendo apresentada à população daqueles municípios próximos a ponte do rio Iraí. Agora, falta o DNIT liberar os serviços, porque ainda não tem preparado nenhum estudo de que forma irá autorizar esses recursos.

Temos as parcerias dos dois municípios, mas falta saber como é que o DNIT irá auxiliar para que esses municípios possam realizar as despesas que precisam para oferecer esse transporte alternativo.

No estado de Santa Catarina iremos ter problemas, porque a localização do transporte é para ser a 400m abaixo da ponte, que já existente, e precisamos fazer o deslocamento por via terrestre no território do município de Palmitos e lá temos uma pequena ponte que precisa de reforço, porque, senão, os caminhões pesados não conseguirão passar nela. Mas é algo fácil de resolver, como, por exemplo, através desses kits de transposição, que é um exemplo muito bom aqui de Santa Catarina e que poderá ser colocado, inclusive, a Defesa Civil de Santa Catarina poderá ajudar nessa situação. Porém, precisa de atividade, ação, precisamos sair da nossa cadeira confortável e encontrarmos soluções para esse povo.

Não podemos simplesmente passar todo esse problema para a população, que recolhe seus impostos e que faz com que a máquina pública funcione, e que está lá esperando de todos nós uma atitude rápida, séria e com responsabilidade. Não podemos passar a eles o prejuízo nesses momentos. Temos que trabalhar soluções e aí vale uma boa organização, estarmos bem sintonizados com aquilo que é nosso dever, nosso trabalho e o nosso dia a dia. E a isso que estou chamando a responsabilidade hoje. Temos já empresas de Guaíra e de Foz de Iguaçu, Paraná, que estão disponíveis a efetuar esse trabalho de transposição. Temos que fazer o contato, a contratualização, os acordos tarifários entre os dois municípios, mas acima de tudo, temos que fazer com que o DNIT trabalhe com mais rapidez. Não podemos esperar pessoas morrerem nas rodovias por falta de um simples tapa-buraco.

Não podemos invialibilizar a cadeia produtiva sem termos alternativas como a que está sendo feita lá no Rio Grande do Sul e Santa Catarina na divisa entre Iraí e Palmitos. Não podemos ter atitudes em 2014 beirando a incompetência pura de pessoas que tem a responsabilidade antes de fazer com que todos paguem a responsabilidade de encontrar uma solução.

Sr. presidente, é um pequeno desabafo porque a nossa situação está complicadíssima. Temos a

produção de leite que atravessa aquela ponte todos os dias, além de mais de mil caminhões na BR-158, caminhões na fila com produtos perecíveis e balsas pequenas que fazem a travessia, em Mondai e Itapiranga. Muitos caminhões esperam na fila mais de sete horas para fazer a travessia do rio Uruguai. Não podemos mais admitir isso. Temos que agir de forma rápida, pois somos homens públicos e não podemos contribuir com a morosidade, trazendo sofrimento ao povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal, parabéns pela sua fala e é exatamente isso que acontece.

Srs. deputados, a Mesa Diretora e essa Presidência têm em mãos um pedido de suspensão da sessão para cessão da palavra, por até dez minutos, ao prefeito de Capinzal, sr. Andevir Isganzella, e também à assistente de educação, sra. Cinthia Maria Zocoli; e a diretora, srs. Giana Carla Martins, para falar em nome da Escola de Educação Básica Mater Dolorum, para anunciar a IV Edição da Semana Pedagógica, que ocorrerá no referido município.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha). Está reaberta a sessão.

Eu quero fazer o registro da presença em nosso plenário da vereadora Geovania de Sá, da cidade de Criciúma, acompanhada da sua assessoria e do meu amigo Jair de Sá, que estão visitando esta Casa. Sejam todos bem-vindos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0251/2014; 0318/2014; 0379/2014; 0432/2014.

Esta Presidência comunica, ainda, que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0355/2014.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206

do Regimento Interno, as Indicações n.s: 391, de autoria da deputada Angela Albino; 389, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 390, de autoria da liderança do Partido Progressista.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 712, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 713, de autoria do deputado Daniel Tozzo.

Moção n. 79, de autoria da Liderança do Partido Progressista, a ser enviada ao presidente do BRDE, solicitando a abertura de linhas de crédito flexíveis, similares àquelas concedidas às montadoras e concessionárias de veículos, às retíficas catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 80, de autoria da Liderança do Partido Progressista, a ser enviada ao presidente do BNDES, solicitando a abertura de linhas de crédito flexíveis, similares àquelas concedidas às montadoras e concessionárias de veículos, às retíficas catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 55, de autoria da deputada Ângela Albino, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do número de candidatos aprovados e qual o cronograma para o provimento de vagas do cargo de professor, do quadro permanente de pessoal da Fundação Catarinense de Educação Especial, decorrente do Concurso Público - Edital n. 001/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de, mais uma vez, parabenizar as pessoas da escola, o prefeito e a diretora por esse grande evento que vai acontecer na cidade de Capinzal, nos dias 4 e 5 de setembro. Como disse o prefeito, antecipando a Semana da Pátria.

Mais uma vez, parabéns por lá em Capinzal estarem preocupados com a qualificação daqueles que não ensinam a voar, mas estimulam os que têm asa. E foi muito legal! Com certeza, daqui a pouco a cidade de Capinzal vai ser conhecida como a capital da educação. E daí, com certeza, qualquer título não será maior do que esse, porque educação é tudo.

Parabéns, mais uma vez! Quando ouvi a professora Giana falar é como se fosse aquela doceira falando quando faz um doce: dá água na boca. E a professora, assim como todos os professores, quando fala da sua escola, fala como parte da sua vida e da sua casa.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 2 de setembro deste ano, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.